

Lula: "Cometemos erro, inteligência não existiu"

Presidente diz que GSI, Abin e Forças Armadas não o avisaram sobre o risco dos atos de 8 de janeiro. E que teve a impressão de que ataques eram início de golpe

» INGRID SOARES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apontou erro por parte dos serviços de inteligência, como os do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e das Forças Armadas, por não terem alertado-o sobre a possibilidade de ataques e depredações nos atos ocorridos na Praça dos Três Poderes, no último dia 8.

"Nós temos inteligência do GSI, da Abin, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, ou seja, a verdade é que nenhuma dessas inteligências serviu para avisar ao presidente da República que poderia ter acontecido isso", criticou, em entrevista, ontem, à Globonews. "Se eu soubesse, na sexta-feira, que viriam oito mil pessoas aqui, não teria saído de Brasília. Saí porque estava tudo muito tranquilo. Até porque, a gente estava vivendo ainda a alegria da posse."

Lula repetiu que acredita que as portas do Palácio do Planalto foram abertas deliberadamente. "Não foi nenhum analfabeto político que invadiu isso aqui. Era gente que preparou isso durante muito tempo. Eles não tiveram coragem de fazer nada durante a posse", frisou. "Na verdade, nós cometemos um erro, eu diria, elementar: a minha inteligência não existiu. Saí daqui na sexta-feira com a informação que tinham 150 pessoas no acampamento, que estava tudo tranquilo, que não iriam permitir que entrasse mais ônibus, que não iriam permitir que juntasse mais ninguém. Eu viajei para São Paulo na maior tranquilidade. E aconteceu o que aconteceu."

O chefe do Executivo admitiu que, num primeiro momento, achou tratar-se de um golpe de Estado. "Fiquei com a impressão que era o começo de um golpe de estado. Fiquei com a impressão, inclusive, que o pessoal estava acatando ordem e orientação que o Bolsonaro deu durante muito tempo".

Sobre o ex-presidente, Lula acrescentou: "Acho que a decisão dele de ficar quieto depois de perder as eleições, semanas e semanas sem falar nada, a decisão de não passar a faixa para mim, de ir embora para Miami, como se estivesse fugindo com medo de alguma coisa, e o silêncio mesmo depois do acontecimento daqui, me davam a impressão de que ele sabia de tudo o que estava acontecendo, que tinha muito a ver com aquilo que estava acontecendo." Para o presidente, "possivelmente, Bolsonaro estivesse esperando voltar para o Brasil na glória de um golpe".

GloboNews/Reprodução



Lula: "Possivelmente, Bolsonaro estivesse esperando voltar para o Brasil na glória de um golpe"

> **Quem quiser fazer política, tire a farda, renuncie ao seu cargo, crie um partido político e vá fazer política"**
>
> ***Luiz Inácio Lula da Silva,***
> *presidente da República*

Lula também disparou contra o ex-secretário de Segurança do Distrito Federal Anderson Torres, preso desde o último sábado. "(Ele) sabia o que ia acontecer. Foi embora e, quando voltou, deixou o celular lá, para a gente não fazer as investigações. Mas vamos fazer", enfatizou.

Forças Armadas

Ele confirmou que se reunirá com os comandantes das Forças Armadas para discutir o fortalecimento das instituições e a despolitização das três. Segundo ele, "quem quiser fazer política, tire a farda, renuncie ao seu cargo, crie um partido político e vá fazer política". Afirmou, ainda, que todos os militares que participaram dos atos golpistas serão punidos, "não importa a patente, não importa a Força que ele participe".

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, alvo de críticas no episódio de vandalismo, foi elogiado pelo presidente. "José Múcio é meu amigo de muitos anos, é uma pessoa que eu confio, de muita habilidade política. Por isso que ele foi escolhido, porque é um homem que, sempre que possível, tenta evitar qualquer conflito. Tem gente que não gosta disso", alfinetou.

O chefe do Executivo se mostrou contrário à instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apuração dos ataques terroristas, acenada por congressistas. "Temos instrumentos para fiscalizar o que aconteceu neste país. Uma comissão de inquérito pode não ajudar e pode criar uma confusão tremenda. Não precisamos disso agora", argumentou. "É uma decisão do Congresso Nacional, não é minha. Portanto, os partidos políticos, na Câmara e no Senado, é que vão decidir", emendou.

Segundo Lula, se fosse consultado, se posicionaria contra a instauração. "O que podemos investigar numa CPI que a gente não possa investigar aqui e agora? Estamos investigando, tem 1.300 pessoas presas", justificou.

Ao ser questionado se Bolsonaro poderia disputar as eleições e retornar ao poder, Lula disse que isso dependerá das investigações, mas que não considera "ninguém carta fora do baralho". "Vai depender da participação dele nesse processo todo. Em todas as provocações que ele fez, vai ter muito processo contra ele, ou seja, vai depender muito da Justiça", frisou.

Crítica à independência do Banco Central

A autonomia do Banco Central foi alvo de crítica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele frisou ser "uma bobagem achar que um presidente do Banco Central independente vai fazer mais do que fez o Banco Central quando o presidente é quem indicava". O chefe do Executivo ainda questionou a serventia da autonomia da instituição em meio à inflação e à taxa de juros alta.

"Duvido que este presidente do Banco Central seja mais independente do que foi o (Henrique) Meirelles", disse, na entrevista. "Por que o banco é independente, e a inflação está do jeito que está? E o juro está do jeito que está?", questionou.

Aprovada pelo Congresso em 2021, a autonomia do BC estabelece, entre outros pontos, mandatos fixos para a diretoria. O mecanismo é visto como um sinal positivo para o mercado financeiro — em especial, investidores internacionais.

Em tese, com mandatos fixos, os diretores do BC teriam mais condições de manter a continuidade da política monetária, independentemente do presidente da República eleito. Ela evitaria, por exemplo, pressão na definição da taxa básica de juros (hoje em 13,75% ao ano). Procurado, o Banco Central não quis se manifestar.

Ed Alves/CB/D.A Press



A autonomia do BC foi aprovada pelo Congresso em 2021

Ainda na entrevista, Lula defendeu a volta do chamado voto de qualidade nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) — tribunal que julga, no âmbito administrativo, recursos dos contribuintes contra autuações da Receita Federal.

A medida faz parte do pacote econômico anunciado na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Desde 2020, em caso de empate no julgamento, o caso era resolvido de forma favorável aos contribuintes. Com mudança, os presidentes dos órgãos julgadores, sempre conselheiros representantes da Fazenda, voltam a ter o poder de desempatar o julgamento, por meio do voto de qualidade. "Temos de ter um voto qualificado para decidir para onde vai esse dinheiro. O Estado não pode abrir mão disso."

Estabilidade fiscal

O chefe do Executivo disse que se aborrece com as cobranças sobre como garantirá a estabilidade fiscal no Brasil. "Fico irritado, às vezes, quando, com qualquer problema, se discute estabilidade fiscal. Ninguém foi mais responsável do ponto de vista fiscal do que eu fui", argumentou, em relação a seus mandatos anteriores.

Ele voltou a pregar que ricos paguem mais impostos. "Por isso eu defendi, durante a campanha, e vou tentar colocar em prática na proposta de reforma tributária, que até R$ 5 mil a pessoa não paga Imposto de Renda. Não é possível que a gente não faça", ressaltou. (**IS, com Agência Estado**)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Uma reforma militar será inevitável

Recém-eleito, com 288 mil votos, o jovem deputado Amom Mandel (Cidadania), de 21 anos, o mais votado no Amazonas para Câmara dos Deputados, antes mesmo de tomar posse, iniciou uma campanha para acabar com o serviço militar obrigatório, um verdadeiro tabu para as Forças Armadas. "Estou preparando um projeto para propor o fim do alistamento militar obrigatório. Qual a sua opinião?" — anunciou no Twitter, a sua principal ferramenta de intervenção política. A proposta provocou 3.567 comentários e teve 1.538 compartilhamentos, o que já é suficiente para se tornar uma causa com ressonância na sociedade e posicionar seu mandato junto à opinião pública.

Se aprovada, a proposta será o ponto de partida para uma reforma militar, que pode ganhar apoio da sociedade, principalmente da juventude, em razão dos últimos acontecimentos envolvendo as Forças Armadas, principalmente a omissão quanto à invasão e depredação do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF). Não é uma ideia nova, mas o ambiente político agora é mais favorável a sua aprovação. A proposta de Amom está na contramão do Projeto de Lei 557/19, já aprovado pelo Senado, para que jovens morando em instituições de acolhimento familiar ou institucional tenham prioridade no processo seletivo para o serviço militar obrigatório.

Atualmente, a seleção para as Forças Armadas tem três etapas: alistamento (no ano em que o jovem completa 18 anos), seleção e incorporação. Pela proposta, de autoria do senador bolsonarista Eduardo Girão (Podemos-CE), a preferência pelos jovens egressos de abrigos será complementar a critérios definidos previamente pelo Exército, pela Marinha ou pela Aeronáutica. O Ministério da Defesa seleciona os jovens a partir da combinação de vigor físico e capacidade analítica, medida de forma independente do nível de informações ou da formação cultural dos candidatos.

O projeto tramita em caráter conclusivo na Câmara, mas tem um longo caminho a percorrer: as comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. A proposta de Amom coloca em xeque o conceito adotado na criação do serviço militar obrigatório, cujo objetivo é fazer com que as Forças Armadas sejam a representação do "povo em armas", com base no mito fundador do nosso Exército, a vitória na batalha de Guararapes (PE), decisiva para expulsão dos holandeses.

Ocorrida entre 1648 e 1649, houve muitos combates entre as tropas holandesas e as brasileiras, com apoio dos portugueses, na região dos Montes Guararapes, localizada próximo à cidade de Recife. Derrotados pelos militares luso-brasileiros, os holandeses fugiram para a cidade de Recife, local em que resistiram até janeiro de 1654. Muitos índios e negros lutaram ao lado das forças luso-brasileiras para expulsar os holandeses, sob comando do general português Francisco Barreto de Meneses; do paraibano André Vidal de Negreiros; do negro Henrique Dias, filho de escravos libertos; e do líder indígena potiguar Felipe Camarão, todos militares.

Profissionalismo e tecnologia

O surgimento de exércitos de massa no Ocidente está associado à formação do Estado-nação e ao uso de mosquete, que facilitou a instrução militar. A falta de precisão das armas de fogo da época obrigava a formações maciças de atiradores. Com a Revolução Francesa, o Exército de Napoleão Bonaparte, que conquistou a Europa e obrigou Dom João VI e a família real a fugirem de Portugal para o Brasil, consolidou o conceito de exército popular, com forte identidade patriótica, para se contrapor aos exércitos profissionais, muitas vezes formados por mercenários. A conscrição permitiu à França revolucionária formar o exército que Napoleão Bonaparte considerava "a nação em armas".

Entretanto, esse conceito vem sendo contestado no Ocidente desde os protestos maciços nos Estados Unidos contra a conscrição para a Guerra do Vietnã. Com o final da Guerra Fria, a maioria dos países do Ocidente passou a dar prioridade aos soldados profissionais, ao treinamento de alta performance, à criação de forças especiais e ao uso de tecnologia de última geração. A guerra da Ucrânia, por exemplo, está servindo de terreno para um confronto entre modernos armamentos da Otan e as tropas russas equipadas com armamentos convencionais.

O projeto do jovem Amom Mandel abre um debate na sociedade sobre as Forças Armadas que queremos, num momento em que a questão militar voltou ao centro das preocupações políticas. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que pretende discutir com os comandantes militares a modernização das Forças Armadas. Recém-empossado, Lula está convencido de que no dia 8 de janeiro havia um golpe em marcha, que somente não ocorreu devido à intervenção civil na segurança pública do Distrito Federal.

Há uma desconfiança recíproca entre Lula e os militares, uma vez que o bolsonarismo contaminou grande parte dos efetivos militares. Ao contrário do que aconteceu na Argentina e na Espanha, como no Chile, a volta aos quartéis dos militares brasileiros foi uma retirada em ordem, embora tenham sido politicamente derrotados. A vitória de Bolsonaro em 2018 representou uma volta ao poder pelas urnas, levando à militarização da administração federal, numa proporção maior até que a do regime militar.